

### MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**GEORGE MELO**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá  
Deputado Flamarion Portela  
Deputado Jalsler Renier  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Chicão da Silveira  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Coronel Chagas  
*Suplentes:*  
1º - Deputado George Melo  
2º - Deputada Aurelina Medeiros

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Remídio Monai

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Chicão da Silveira

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Rodrigo Jucá

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Flamarion Portela

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Marcelo Natanael

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Jânio Xingú  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Rodrigo Jucá

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Jânio Xingú  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Dhiego Coelho

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado George Melo

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Jean Frank

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Rodrigo Jucá  
Deputado Remídio Monai

**Atos Administrativos**

Resoluções de Afastamentos nº 527 a 529/2012 2

**Atos Legislativos**

Projeto de Resolução Legislativa nº 010/2012 2

Ata da 2170ª Sessão Ordinária - Sucinta 3

Ata da 2171ª Sessão Ordinária - Sucinta 4

Ata da 2159ª Sessão Ordinária - Íntegra 5

 Ata de Reunião da Comissão de Constituição,  
 Justiça e Redação Final 11

Ata de Reunião das Comissões em Conjunto

 Ata de Reunião da Comissão Especial  
 Externa - Resolução nº 022/2012 12

 Ata de Reunião da Comissão Especial Externa  
 - Resolução nº 028/2012 12

SUMÁRIO

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO  
 Gerente de Documentação Geral

 FLAVIA DAYANE DOS SANTOS SILVA  
 Diagramação

EXPEDIENTE

 As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa  
 deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através  
 de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de  
 segunda a sexta-feira até às 15:30h

 É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos ór-  
 gãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as  
 correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como,  
 o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATERIAS PUBLICAÇÕES

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO  
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
**R E S O L U Ç Ã O Nº 527/2012**

 A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de  
 Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com  
 a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

 1º **RETIFICAR** a Resolução nº 523/2012, publicada no Diário  
 da Assembleia, Edição nº 1482, de 19 de dezembro do ano em curso, que  
 autorizou o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JALSER  
 RENIER PADILHA**, para viajar com destino a cidade de Brasília-DF.

 2º **Onde se lê:** no período de 18.12 a 22.12.2012. **Leia-se:**  
 no dias 18 e 19.12.2012.

Palácio Antônio Martins, 19 de dezembro de 2012

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

**R E S O L U Ç Ã O Nº 528/2012**

 A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de  
 Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com  
 a Resolução 11/92.

**RESOLVE**
**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **JOSÉ CARLOS  
 LIMA VILHENA**, Matrícula **012661**, para viajar com destino a  
 cidade de Manaus-AM, no período de 20.12 a 29.12.2012, com a  
 finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atribuições  
 funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 19 de dezembro de 2012

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

**R E S O L U Ç Ã O Nº 529/2012**

 A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de  
 Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade  
 com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**
**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **JORGE NEY  
 MENEZES REZENDE**, Matrícula **006830**, **SANDRA MARIA  
 COELHO**, Matrícula **011050** e **JORGE LUIS MOURÃO DE  
 SOUZA**, Matrícula **013628**, para viajarem com destino ao  
 município de Amajari, no período de 20.12 a 29.12.2012, com a  
 finalidade de realizarem visitas nas comunidades e vicinais daquele  
 município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 20 de dezembro de 2012

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

**ATOS LEGISLATIVOS**
**PROJETO DE RESOLUÇÃO**
**GABINETE DO DEPUTADO FLAMARION PORTELA  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 010/12**
**Dispõe sobre a indicação de  
 membros nos Conselhos de  
 Deliberação Coletiva e dá outras  
 providências.**
**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
 ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber  
 que o Plenário aprovou, e ela promulga o seguinte Projeto de  
 Resolução Legislativa:

**Art. 1º** Os servidores do Legislativo que forem indicados para  
 representar esta Casa de Leis junto aos Conselhos de Deliberação  
 Coletiva farão relatório mensal de suas atividades.

 §1º Aquele que for nomeado para os Conselhos fiscal e de  
 Previdência no IPER, farão, mensalmente, relatório da situação  
 da Instituição junto as Comissões de Orçamento, Fiscalização  
 Financeira, Tributação e Controle; e de Administração, Segurança  
 e Serviços Públicos.

 §2º As Comissões em conjunto ou separadamente poderão  
 deliberar sobre os fatos que tiverem conhecimento de acordo com as  
 providências a serem adotadas.

 §3º Dentre as providências, que poderão ser tomadas está a  
 convocação de Diretores, do Órgão, ou requisição de informação  
 escritas, etc.

**Art. 2º** Após a nomeação, o servidor e seu suplente apresentar-  
 se-ão as respectivas Comissões para obtenção de orientação ou  
 esclarecimentos.

**Art. 3º** Nas indicações de servidores deverão ser  
 observadas, a formação compatível com a área de conhecimento  
 onde atuarão, bem como a natureza do cargo ocupado nesta  
 Casa Legislativa.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua  
 publicação.

Palácio Antônio Martins, 31 de outubro de 2012.

**FLAMARION PORTELA**

Deputado Estadual

**ATAS PLENÁRIO - SUCINTA**
**ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**

Às nove horas do dia dezoito de dezembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima septuagésima Sessão Ordinária do quadragésimo quarto Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado Marcelo Natanael para atuar como Primeiro Secretário ad hoc. Em seguida, solicitou ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Marcelo Natanael, proceder à leitura do Expediente. RECEBIDOS DOS DEPUTADOS: Ofício nº 26, comunicando a ausência do Deputado Flamarion Portela na Sessão Plenária do dia 13 de dezembro do corrente ano por motivos pessoais. Projeto de Lei nº /12, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, que Garante a realização do “Teste do Coraçãozinho” (Exame de Oximetria de Pulso) em todos os recém-nascidos, nos berçários das Maternidades da rede hospitalar do Estado de Roraima. Indicação nº /2012, sobre recuperação de estrada e pontes da Vicinal 18 do município de São Luiz. Comunicado do gabinete do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência na Sessão do dia 28/06/2012, por encontrar-se no município de Bonfim, com o intuito de verificar in loco a situação dos moradores e produtores da zona rural e do comércio fronteiriço da região. Comunicado do gabinete do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência na Sessão do dia 02/08/2012, por encontrar-se no município de Alto Alegre, com o intuito de verificar in loco a situação dos moradores do município e participando de reuniões com produtores da região. Comunicado do gabinete do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência na Sessão do dia 18/09/2012, por encontrar-se nos Municípios de Mucajaí, Iracema e Caracaráí, com o intuito de verificar in loco o andamento da repavimentação da BR-174 e participando de reuniões com diversas associações civis da região. Comunicado do gabinete do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência na Sessão dos dias 10 e 11 do presente mês, por encontrar-se no Município de Amajari, com o intuito de verificar in loco a situação da infraestrutura de logística dos produtores rurais da região. Comunicado do gabinete do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 16, 17 e 18 do presente mês, por encontrar-se nos Municípios de Rorainópolis, São Luiz do Anauá e São João da Baliza, com o intuito de verificar in loco a situação da segurança e da saúde pública da região. Comunicado do gabinete do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência na Sessão do dia 25/10/2012, por encontrar-se na zona rural do Município de Boa Vista, com o intuito de verificar in loco a situação das comunidades indígenas da região. Comunicado do gabinete do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 19, 20 e 21 do presente mês, por encontrar-se no Município de Uiramutã, com o intuito de verificar in loco a situação das comunidades indígenas e dos moradores não índios da região. Comunicado do gabinete do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência na Sessão do dia 14/06/2012, por encontrar-se no Município de Cantá, com o intuito de verificar in loco a situação dos produtores de carne e abatedouros da região. Comunicado do gabinete do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência na Sessão dos dias 24, 25 e 26 do presente mês, por encontrar-se nos Municípios de Caroebe e São João da Baliza, com o intuito de verificar in loco a situação dos produtores rurais da região. Comunicado do gabinete do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência na Sessão do dia 23/02/2012, por encontrar-se no Município de Normandia, com o intuito de verificar in loco a situação das comunidades indígenas da região. Projeto de Resolução nº 09/12, que altera dispositivos da Resolução Legislativa nº 25/11, de 27 de dezembro de 2011 que “cria na Estrutura Organizacional da Assembleia Legislativa, o Serviço de Orientação da Assembleia Legislativa de Roraima, o Serviço de Orientação de Defesa do Consumidor PROCON ALE e dá outras providências”. RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO: Ofício nº 1277/12/GAB/DETRAN-RR,

do Diretor Presidente Jorge Everton, Informando a esta Casa Legislativa sobre seu retorno antecipado de Brasília, mencionada por meio do ofício nº 1270/12/GAB/DETRAN-RR, colocando-se a disposição dos nobres Deputados para prestar esclarecimentos requisitados, solicitando ainda, a possibilidade de agendamento para o dia 17/12/2012, às 15 horas. Ofício nº 1156/2012/SEPLAN/CGC, Liga de Futebol Amador de Estado de Roraima – LIFAER, em conformidade com o parágrafo 2º do Art. 116 da Lei nº 050/2012 - Estado de Roraima/SECD/ e seu respectivo Plano de Trabalho, tendo como objetivo a realização do Projeto “Futebol Amador ao Alcance de Todos” publicado no D.O. E nº 1842, pág. 26, de 01/08/2012. Comunicado da Secretaria Estadual de Saúde, sobre a Deliberação dos Conselheiros de Saúde CES/RR, em sua 26ª Reunião Ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2012, segue em anexo: relatório do ocorrido; deliberação dos presentes; listagem de frequência da reunião; cópia da Lei nº 017, de 25 de Junho de 1992; pauta dos trabalhos da Reunião; cópia do DOERR nº 1909, de 08 de Novembro de 2012. Ofício nº 2556/2012/GAB/SEG, em atenção ao OF./S.L./PRES./Nº 090/2012, de 29/09/2012, informando que as solicitações constantes do Requerimento de Informação nº 011/2012 encontram-se disponíveis no portal da transparência do Estado de Roraima, através do endereço eletrônico [www.transparencia.rr.gov.br](http://www.transparencia.rr.gov.br). EXTERNOS: Ofício nº 582/2012/CRE/RR, encaminhando relatório de vistoria nos locais de votação no Baixo Rio Branco. Carta nº 0201/2012/SUPER/IEL/RR, Convite: Medalha de Hora ao Mérito. GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado Flamarion Portela iniciou reportando-se à matéria veiculada no Jornal Folha de Boa Vista, a respeito do afastamento do Presidente do ITERAIMA e do Procurador Geral daquela Instituição, ressaltando que protocolou, nesta Casa, Projeto de Decreto Legislativo pedindo o imediato afastamento do Presidente do ITERAIMA e do seu Procurador Geral, mas que, infelizmente, pelo fato de a Casa demorar para tomar a decisão, a Justiça Federal decidiu afastá-los, uma vez que, além da ação da Justiça Federal, há também uma ação da Justiça Estadual pedindo os respectivos afastamentos. Continuando, lamentou que mais uma vez a Assembleia Legislativa renuncia a sua prerrogativa maior de fiscalizar o Poder Executivo do Estado de Roraima. Prosseguindo, informou que, recentemente, deu entrada nesta Casa seis Projetos de Lei de autoria do Executivo, que foram votados imediatamente, autorizando o Governo a fazer mais um empréstimo no valor de 750 milhões de reais, totalizando só este ano, mais de um bilhão de reais de empréstimos para o povo pagar. De acordo com o Senhor Parlamentar, a Assembleia aprovou também, a toque de caixa, o ressarcimento de 42 milhões de reais para os cofres do Tesouro Estadual referente às redes monofásicas, bifásicas e trifásicas construídas no interior do Estado, mas que muitas delas, além de não terem sido pagas estão represadas na Secretaria da Fazenda e não existe nenhum termo de recebimento definitivo, mesmo assim, o Governo numa clara demonstração de desrespeito com o povo está recebendo pelo serviço que não realizou. Em seguida, reportou-se ao Plano de Cargos, Salários e Carreiras dos Professores, ressaltando a importância de valorizar a classe com a aprovação do plano, uma vez que, na sua opinião, pelo fato de transmitir conhecimento, formar gerações e preparar o cidadão para ser um vencedor, o professor público deve ser o servidor mais respeitado e valorizado pela sociedade. Continuando, citou o exemplo da Coreia do Sul, que fez da educação uma política pública de Estado, e hoje os professores são tratados como celebridades e espera que o Brasil entenda a importância e comece a valorizar os professores porque é através deles que o Brasil será uma grande Nação. Segundo o Senhor Parlamentar, só no mês de dezembro, o Estado terá uma receita de mais de 240 milhões de reais atingindo uma renda per capita superior a 500 reais por habitante, ressaltando que, o Estado tem dinheiro, o que falta é gerenciamento e respeito ao bem público. Em seguida, lembrou a época em que o Senhor Governador do Estado informou através da imprensa que, enquanto governador, não iria mexer no dinheiro do IPER. Finalizou citando o exemplo do ex-prefeito de Manaus, que optou pela segurança e não pela rentabilidade, aplicando o dinheiro no Banco do Brasil, Caixa Econômica e Bradesco, ressaltando que a palavra do Governador Anchieta não vale nada. O Senhor Deputado Brito Bezerra Iniciou parabenizando o Deputado Flamarion Portela pela sua brilhante atuação parlamentar, e também pelo seu pronunciamento no dia de hoje, no que concerne aos questionamentos acerca dos recursos públicos deste Estado. De acordo com o Senhor Parlamentar, o Governo do Estado não tem competência para administrar esses recursos, questionando como ele não consegue administrar um Estado com apenas 500 mil

habitantes, cujo orçamento é superior a 2 bilhões de reais, sendo em sua opinião, falta de gestão já que os recursos existem. Em seguida, relatou fatos noticiados no jornal Folha de Boa Vista, sobre a farra das empresas terceirizadas, onde a SEGAD contratou uma empresa para limpar a piscina onde mora o Chefe deste Estado, no Conjunto dos Executivos, questionando que existem recursos para limpar a piscina do Senhor Governador, para andar de jatinho, para comprar coisas boas, fazer aniversário de animais domésticos, mas não tem recurso para melhorar a vida do povo deste Estado. Prosseguindo, referiu-se ao Plano de Cargos e Salários da Educação, que em sua opinião, deveria ser prioridade deste Governo, já que ele afirma que a educação é tudo, entretanto o projeto não consta na pauta para ser analisado pelos parlamentares. Continuando, afirmou que algumas matérias, principalmente dos Deputados de oposição, sempre emperram a votação, alguns projetos por questão de inconstitucionalidade. Entretanto, conforme o Senhor Parlamentar, quando é um projeto de autoria governamental com empréstimo de 750 milhões nunca é considerado inconstitucional e, muitas vezes, nem passa pela consultoria jurídica e de maneira imediata é aprovado, endividando mais este Estado, ressaltando que a questão da inconstitucionalidade deve ser respeitada, mas quando realmente tiver embasamento jurídico. Dando continuidade ao seu discurso, o Senhor Deputado reportou-se ao Projeto de Lei nº 043/12, de autoria Governamental que, conforme o Senhor Deputado, levou uma eternidade para ser confeccionado, passando pela procuradoria do Estado e veio para esta Casa, sendo analisado na Consultoria Jurídica com um parecer para aprovação, no entanto, em seu Artigo 3º, Inciso LII, esse projeto feriu a Constituição Federal, porque só dá o direito aos engenheiros agrônomos e florestais prescreverem essas receitas, enquanto que o técnico agropecuário também teria que ter competência para prescrevê-las, informando que já existe acordo, solicitando ao Governador do Estado que veto parcialmente o Artigo 3º, no seu inciso LII, modificando a competência de engenheiros agrônomos e florestais para profissional legalmente habilitado. Dessa forma, o Senhor Parlamentar acredita que o projeto dará uma ampliação na valorização dos técnicos e agropecuários deste Estado. Dando seguimento ao seu discurso, citou o artigo 30, quando diz que os agrotóxicos e seus componentes só poderão ser comercializados diretamente aos usuários, através de apresentação do Receituário Agrônomo prescrito por profissional de nível superior, engenheiro agrônomo ou florestal no âmbito de suas competências legalmente habilitado no CREA/RR. Segundo o Senhor Deputado, é necessário vetar parcialmente esses artigos para que se possa fazer justiça àqueles que trabalham diretamente com o homem do campo, que sabem com precisão das reais necessidades desses trabalhadores, como os técnicos agropecuários e agrícolas. Continuando, manifestou-se preocupado com a sanção desse projeto conforme foi aprovado nesta Casa, pois em sua opinião, ocorreram prejuízos enormes, não só para os técnicos agrícolas, mas também para o homem do campo. Finalizou, solicitando ao Presidente desta Casa que, após parecer jurídico, encaminhe ao Governo do Estado esta solicitação para que ele veto parcialmente esta Lei e ela se torne verdadeiramente constitucional. O Senhor Deputado Rodrigo Jucá iniciou reportando-se sobre a polêmica gerada em torno da discussão da destinação dos recursos advindos dos Royalties do petróleo no Congresso Brasileiro, ressaltando que a Presidente Dilma encaminhou uma Medida Provisória ao Congresso Nacional, que foi alterada pelos parlamentares de modo a garantir uma divisão mais igualitária desses recursos entre todos os Estados, especialmente àqueles que não são produtores do petróleo, alteração essa vetada pela Presidente. Em seguida, informou que a Presidenta Dilma encaminhou uma nova Medida Provisória de número 592/12, que complementa o veto ao projeto aprovado pelos parlamentares, determinando que todos os Royalties advindos dos contratos de exploração de petróleo assinados a partir do dia 03 de dezembro deste ano, deverão ser integralmente investidos na área da educação, destacando que esses recursos giram em torno de bilhões de reais. Dando continuidade, informou que está protocolando, nesta Casa, um Projeto de Lei que dispõe sobre a destinação dos Royalties do petróleo, no âmbito do Estado de Roraima, ressaltando que as receitas auferidas da participação especial e dos Royalties repassadas do Governo Federal ao Estado de Roraima serão destinadas, exclusivamente, à educação, em acréscimo ao mínimo constitucional obrigatório. Segundo o Senhor Parlamentar, se o veto da Presidenta for derrubado, Roraima terá em torno de 140 milhões de reais acrescidos no orçamento da educação, o que, segundo ele, garantirá uma melhor remuneração aos profissionais de educação, bem como,

melhores condições de ensino. Dando continuidade, informou que na última semana, o Governo brasileiro assinou com o Governo da Guiana o compromisso da pavimentação da estrada que liga Lethen a Georgetown, destacando que essa estrada será a grande saída logística para a economia e a geração de emprego, uma vez que o Estado precisa desenvolver um canal logístico próprio. Em seguida, enalteceu o brilhante trabalho do Senador Romero Jucá na articulação da assinatura do acordo, destacando o seu trabalho permanente nas embaixadas que trouxe inúmeros benefícios para o Estado de Roraima. Finalizou pedindo o apoio dos Senhores Parlamentares para discussão e aprovação da matéria apresentada, bem como, parabenizou aos presentes pelas mobilizações ocorridas na Sessão. Em seguida, o Senhor Presidente, informou aos Senhores Deputados a composição da Comissão Especial Externa criada pela Resolução nº 027/12 para analisar o Projeto de Lei nº 059/12 que “Dispõe sobre a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Educação Básica do Estado de Roraima (PCCREB), e dá outras providências. ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra, anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em Primeiro Turno, do Projeto de Lei Complementar nº 011/12, que “Altera dispositivos e anexos da Lei Complementar Estadual nº 142, de 29 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 175, de 26 de janeiro de 2011; pela Lei Complementar Estadual nº 177, de 05 de maio de 2011; pela Lei Complementar Estadual nº 189, de 02 de dezembro de 2011 e pela Lei Complementar estadual 195, de 22 de março de 2012 e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Justiça. E, discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 065/11, que “Dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança nas escolas públicas do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Naldo da Loteria; Projeto de Lei nº 053/12, que “Dispõe sobre o reconhecimento, no Estado de Roraima, de diplomas de Pós-Graduação STRICTO SENSU (Mestrado e Doutorado) expedidos em outros países e dá outras providências”, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz; Projeto de Decreto Legislativo nº 012/12, que “aprova o afastamento do Senhor Jorge Everton Barreto Guimarães, do cargo de Diretor Presidente do DETRAN-RR”, de autoria da Comissão Especial Externa criada pela Resolução nº 021/12. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão para que as comissões, em conjunto, pudessem analisar e emitir Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 011/12 e aos Projetos de Lei nºs 065/11, 09/11 e 053/12. Transcorrido o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão, informando aos Senhores Deputados que, por falta de quorum, as referidas matérias foram transferidas para a pauta da Ordem do Dia da próxima Sessão. EXPLICAÇÕES PESSOAIS: Não houve. E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o próximo dia 19 à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 19/12/12

**ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.**

Às nove horas do dia dezoito de dezembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima septuagésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo quarto Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Marcelo Cabral, proceder à leitura do Expediente. RECEBIDO DOS DEPUTADOS: Projeto de Resolução s/nº, de 31/10/12, do Deputado Flamarion Portela, que “Dispõe sobre a indicação de membros nos Conselhos de Deliberação Coletiva e dá outras Providências”; Projeto de Lei s/nº, de 17/12/12, do Deputado Rodrigo Jucá, que “Dispõe sobre a destinação dos royalties do petróleo no âmbito do Estado de Roraima”; Memo nº 041/12, de 18/12/12, do

Deputado Joaquim Ruiz, informando que se atrasará para a Sessão do dia 18/12/12, por encontrar-se no auditório do Palácio da Cultura Nenê Macaggi, para recebimento da Medalha “Mérito Gov. Ottomar de Souza Pinto”, marcado para as 10h. Ofício nº 2303/12, de 13/12/12, da Caixa Econômica Federal, informando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União. Requerimento s/nº, do dia 14/12/12, do advogado Alex Ladislau, requerendo informações sobre as datas do repasse do duodécimo desta Casa de Leis nos meses de setembro, outubro e novembro de 2012. GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado Flamarion Portela informou que, juntamente com vários Deputados, esteve reunido na tarde de terça-feira com o objetivo de estudar o Projeto do Plano de Cargos e Salários da Educação, razão pela qual, louva a maturidade demonstrada pelo SINTER no momento em que deve ceder e no momento de negociar, lembrando que o Poder Legislativo é o algodão entre os cristais, pois do ponto de vista do Parlamentar, a Assembleia deve ouvir o SINTER que representa o conjunto dos trabalhadores em educação, e o Poder Executivo, pois é quem detém o orçamento para honrar os valores oriundos da negociação, e a partir desse ponto de equilíbrio trazer para votação em plenário, ressaltando que o processo democrático é esse, conviver com ideias divergentes, no entanto, tendo senso, equilíbrio e a razão para debater de forma bastante responsável objetivando encontrar o ponto de equilíbrio. Continuando disse que, como servidor público, tem toda vontade e carinho para resolver o problema da classe, destacando que, em conversa com o Presidente Guerra obteve a informação de o projeto deverá ser votado antes do encerramento do ano legislativo, dando assim um grande presente de natal para a classe de trabalhadores em educação, pois na sua opinião, com a aprovação do referido projeto, os servidores em educação estarão com mais estabilidade e melhores condições de trabalho. Dando continuidade, informou sobre a votação da Medida Provisória que estende a concessão de energia para as operadoras, e também a redução da conta de energia em todo o Brasil, a partir do mês de março, variando de 16.7 a 20%, redução que poderia ser maior caso o governo federal renunciasse um pouco mais de tributo, destacando que como o Brasil inteiro está fazendo esse esforço, o Senhor Deputado fez um apelo aos governos estaduais, inclusive ao do Estado de Roraima, para que se empenhem em reduzir o ICMS que incide sobre as contas de energia, de forma que chegue aos bolsos do cidadão. Finalizou dizendo que haverá o máximo de esforço para que até quinta-feira, o Poder Legislativo possa aprovar significativos projetos como do Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Plano de Cargos e Salários da Educação, dentre outros projetos pendentes, e só assim a Assembleia concluirá o período legislativo, cumprindo com o seu papel que é trabalhar pela sociedade de Roraima. ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia, discussão e votação, em Primeiro Turno, do Projeto de Lei Complementar nº 011/12, que “Altera dispositivos e anexos da Lei Complementar Estadual nº142, de 29 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 175, de 26 de janeiro de 2011; pela Lei Complementar Estadual nº 177, de 05 de maio de 2011; pela Lei Complementar Estadual nº 189, de 02 de dezembro de 2011 e pela Lei Complementar Estadual 195, de 22 de março de 2012 e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Justiça; Projeto de Lei Complementar nº 013/12, que “Altera a redação do art. 87 caput da Lei Complementar Estadual nº 006/94, e dá outras providências, de autoria do Tribunal de Contas. Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 050/12, que “Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Contas do Estado; Projeto de Lei nº 053/12, que “Dispõe sobre o reconhecimento, no Estado de Roraima, de diplomas de Pós-Graduação STRICTO SENSU (Mestrado e Doutorado) expedido em outros países e dá outras providências, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz; Projeto de Lei nº 065/11, que “Dispõe sobre a instalação de câmara de segurança nas escolas públicas do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Naldo da Loteria; Projeto de Lei nº 096/11, que “Institui o programa Estadual de Fortalecimento da Atenção Básica à Saúde”, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá; Projeto de Lei nº 100/12, que “Institui a Taxa de Serviços Administrativos – TSA, no âmbito da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH/RR e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Decreto Legislativo nº 006/12, que “Aprova a indicação para ocupar o cargo de Reitor da Fundação Universidade Virtual de Roraima – UNIVIR, nos termos do art. 269 e art.271 do Regimento Interno, o nome do Senhor Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita”, de autoria da

Comissão Especial Externa; Projeto de Decreto Legislativo nº 010/12, que “Aprova a indicação para ocupar o cargo de Procurador Geral do Estado de Roraima, nos termos do art. 33, inciso XVIII da Constituição do Estado, o Senhor Tyrone Mourão Pereira”, de autoria da Comissão Especial Externa. Projeto de Decreto Legislativo nº 011/12, que “Dispõe sobre o afastamento de servidores da administração indireta do Poder Executivo Estadual por infração de princípios da administração pública”; Projeto de Decreto Legislativo nº 012/12, que “Aprova o afastamento do Senhor Jorge Everton Barreto Guimarães, do cargo de Diretor Presidente do DETRAN-RR”, de autoria da Comissão Especial Externa criada pela Resolução nº 021/12; Projeto de Decreto Legislativo nº 013/12, que “Concede a comenda Orgulho de Roraima ao 2º Batalhão de Polícia Militar/RR e dá outras providências”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão para que as Comissões, em conjunto, pudessem analisar e emitir Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 011/2012 e aos Projetos de Lei nºs 065/11 e 053/2012. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu a Sessão informando que, por falta de quorum, a pauta da Ordem do Dia foi transferida para a próxima Sessão. EXPLICAÇÕES PESSOAIS: Não houve. E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o próximo dia 20 à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Angela Portella, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**  
Aprovada em: 20/12/12

## ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2159ª SESSÃO, EM 20 DE NOVEMBRO 2012.  
44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.**

Às nove horas do dia vinte de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quingentésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Convido o Senhor deputado Flamarion Portela para atuar como Primeiro Secretário.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Flamarion Portela) - Senhor Presidente, não há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo quórum, suspendo a abertura dos trabalhos pelo prazo regimental de 15 minutos. Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente em exercício Deputado (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Célio Wanderley) – Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quórum regimental e sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai)  
(Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Célio Wanderley) – Senhor Presidente, o expediente consta do seguinte.

**RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:**

Mensagem Governamental nº 48, de 13/11/12, encaminhando para apreciação, o Projeto de Lei que “Altera e acresce dispositivos à Lei nº 795, de 30/12/2010; cria outras taxas de serviços do DETRAN/RR, e dá outras providências”.

**EXTERNOS:**

Ofício nº 499/12, de 13/11/12, da Defensoria Pública de Roraima, referente à adequação de valor na UG 32101.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Célio Wanderley) – procede à chamada.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, depois da denúncia aqui a respeito das terras do Urubuzinho, temos também recebido uma demanda enorme de denúncias do que tem acontecido em outros locais: como Passarão, próximo ao rio Uraricoera, terras onde pessoas moram há tantos anos, de repente alguém chega lá dizendo que agora não pertence mais a eles. Terras, que há 48 anos está em nome de uma família e que essa terra já foi comprada de outras pessoas. Parece que estão escolhendo aquelas famílias mais enraizadas em Roraima, famílias mais tradicionais. O sentimento que me move, neste momento é de afronta, agressão, desrespeito. O Presidente Márcio Junqueira anda nos quatro cantos da cidade dizendo que vem para esta Casa dizer quem tem terra, quem não tem, quem tem contrato com o governo, dizendo que vai afrontar determinados Deputados aqui. Eu não me preocupo com isso porque não tenho terra nem nas unhas. Então, mais do que nunca, temos que enfrentar essa questão fundiária que deveria ser o momento sublime para Roraima. Quando o governo Lula transferiu as terras para Roraima, todos nós vibramos, comemoramos porque sabíamos que a partir daí nós iríamos construir a tão sonhada segurança jurídica que Roraima esperou durante tantos anos. Mas o que está acontecendo é ao contrário, estamos vivenciando uma profunda insegurança jurídica. Ontem um grupo de pessoas chegou a me dizer que expulsaram o Senhor Nino Rosa com armas. Será que vamos deixar chegar na fatalidade? Será que vamos deixar chegar na defesa com as próprias mãos? Isso não é processo democrático de direito, isso não é o desejável. Eu queria ainda mostrar para a sociedade, é um vídeo enorme sobre a derrubada de cerca, eu colhi algumas imagens. Vejam bem aqui está o Senhor Márcio Junqueira com o filho do Senhor Valdemar, procurador do ITERAIMA, cercado de policiais do BOPE, que hoje está em um número reduzido, às vezes, sem condições de dar segurança ao cidadão, ao empresário que está sendo assaltado, mas tem para ir aos locais amedrontar, ameaçar, intimidar os proprietários de terras, pessoas que têm título definitivo, somente a justiça pode resolver. Isso é um vídeo, fala por si só, quem está ao lado do Senhor Márcio Junqueira? Eu não sei nem o nome desse cidadão, mas é o filho do Senhor Valdemar. Quem é esse cidadão? Não é empregado do governo, nem do ITERAIMA, mas anda em carro oficial do ITERAIMA, vai amedrontar as pessoas, derrubar cercas, dizer que as pessoas têm que sair. Aqui tem essa reportagem, mas eu quero mostra agora, se a minha vô fosse viva ela ia dizer que era o fim do mundo, que o fim do mundo estaria começando por Roraima. Olhe só a ousadia, o deboche, o descaso que essa gente está fazendo com a sociedade roraimense. Aqui está um contrato de arrendamento entre uma empresa, representada pelo Senhor Luiz Valdemar, ele é o procurador do ITERAIMA, quem assina é a Aline uma proprietária e o Márcio Junqueira. Se essas pessoas têm título definitivo, então o que tem a ver o Presidente do ITERAIMA ir lá com seu procurador para tratar sobre esse assunto? Esse contrato é para as pessoas que lá estão com seus títulos, há 29 anos, 11, 14, 15 anos, pagar 300 reais por mês para continuar no seu próprio lote. E, em caso de atraso, devem pagar 10% sobre o valor devido, o juro é maior do que cartão de crédito quando atrasa. É um escárnio que estão fazendo com a nossa sociedade. Olhem bem, aonde é para depositar, agência do Banco do Brasil, 1904, conta corrente 6.480-7. Meu Deus, onde é que nós estamos, que tamanha pretensão, parece que Roraima não está num processo democrático de direito, parece que aqui prevalece a lei do mais forte, de quem grita mais, quem é mais arrojado ou mais irresponsável, parece que vale isso. Cadê o estado democrático de direito deste Estado? Cadê o estado democrático de direito que deve preservar o direito legítimo e certo de propriedade? Não podemos e não vamos, enquanto fiscalizadores do povo, deixar que isso aconteça. Mas não pense que é só isso, não. O Presidente Guerra tem acompanhado

essa situação. Esta é uma denúncia formal endereçada ao Poder Legislativo com a identidade da pessoa, da família, com CPF e endereço. Aqui está a denúncia, uma lauda, duas, três, quatro, cinco laudas, de pessoas que moram nas suas terras há muito tempo é da família Souza Cruz, que é daqui, sua raiz é maior do que qualquer uma outra. Pois bem, olhem o que a empresa METRO está fazendo, que georreferenciamento é esse? Arranca o marco da família e põe de volta, arranca outro e põe de volta, como se estivesse fazendo o georreferenciamento. Aqui o Senhor marcou até o horário que eles fizeram METRO Engenharia LTDA-ME, foi feito as 17:08:17 segundos, o proprietário colocou em cima do marco para simplesmente registrar o horário que eles entraram na propriedade, sem falar na derrubada de cerca, na invasão e no desrespeito à sociedade. Agora mesmo, Deputado Célio, recebi um vizinho seu, vizinha às terras da família Wanderley que está lá, ele me deu um documento como estão grilando as terras dele. Meu Deus, cadê a nossa ação, as nossas providências? Será que esse pessoal é tão forte assim? Eu não imaginava que ao tocar neste assunto fossem surgir tantas denúncias. Amanhã, vou receber um grupo do Passarão, espero que os outros Deputados também recebam, a Deputada Aurelina acaba de me dizer que no Passarão vai ser resolvido. Tomara que seja, a gente não quer guerra, briga, a gente quer paz, respeito à propriedade. Esse processo é para gerar tranquilidade, paz, mas os gananciosos, os atrevidos, estão querendo enveredar pelo caminho da turbulência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Se não me falha a memória, esse georreferenciamento está sendo feito pelo ITERAIMA, que Vossa Excelência está colocando, quer dizer, tira o marco de um título definitivo e coloca outro e, se não me falha a memória, são recursos de convênio com o Governo Federal, é que isso está ocorrendo, o que vai acontecer, é jogar dinheiro fora, fazer um trabalho errado que depois vai ter que ser corrigido. A presidência da Casa nos informa que o ex-Deputado Márcio Junqueira vai estar aqui no plenário na próxima semana, atendendo aquela convocação. A minha preocupação era essa, mas a Deputada Aurelina está dizendo que aquele recurso é só para o Terra Legal, não engloba as áreas pequenas aqui do Urubuzinho.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Obrigado, Deputado, antes de passar a palavra ao Deputado Célio, quero dizer que estou aqui com o marco que, para vocês terem uma ideia, é grande, é um retângulo de concreto.

Metro Engenharia LTDA-ME: consta aqui, o nome e um telefone que acredito ser do topógrafo ou do engenheiro responsável, Jefferson da Silva Lúcio, telefone 09591119631. Então, Presidente Guerra, eu quero inserir, não convocar, mas convidar para fazer parte dessa Audiência o proprietário. Vamos investigar através do CREA, de quem é essa empresa, quem é o seu responsável técnico, quanto é o seu capital social, quais são os objetivos do seu contrato. Temos agora, que chamar a outra ponta do novelo, porque fazer georreferenciamento para ganhar 33 milhões, que é o total do convênio do Governo Federal para arrancar marco e colocar no mesmo lugar, isso não é georreferenciamento. Isso é brincar com o dinheiro público.

Peço então, à assessoria do professor João de Carvalho para convidar para depois de amanhã ou outra oportunidade o Diretor Presidente da Metro Engenharia. Deixo aqui a razão social ao senhor para que faça esse requerimento, que aprovado, convidaremos aqui esse Senhor para prestar esclarecimentos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Deputado Flamarion, primeiro quero dar alguns esclarecimentos a respeito dessa questão do Terra Legal e do ITERAIMA. Esse fato está ocorrendo, inclusive, recebi uma intimação numa das minhas propriedades. Nas propriedades que não têm título, eles estão indo para fazer o que eles chamam de vistoria de ocupação da terra. Nas áreas já tituladas, eles já estão fazendo, e essa é uma questão como Joaquim está dizendo, estão fazendo a coisa aleatoriamente, sem discriminação, porque como estão fazendo lá no Amajari cuja área, é gleba de Tepequem. Em Ereú, até hoje, não foram passadas, precisam ser georreferenciadas, está sendo feito georreferenciamento da gleba, para ser passada para o Estado. Eles já estão se antecipando. Em alguns locais que eles colocam esses marcos, eu estive lá com o técnico, perguntando por que eles estão colocando esses marcos. É porque é o ponto de apoio para o georreferenciamento com satélite. Então, são questões que precisam ser esclarecidas, é muito importante que os representantes do ITERAIMA e o Procurador venham aqui esclarecer. As questões das invasões são de conhecimento público, não é só no

Amajari, mas nas outras localidades aqui no Estado, segundo informações, têm o apoio do próprio ITERAIMA para essas invasões.

Também gostaria de dizer que eu não me preocupo, pois a terra que eu tenho, foi comprada com o meu dinheiro, com o meu suor, foi fruto de herança que recebi da minha família. Também tenho bastante terra, produzo nas minhas terras e não tenho vergonha de dizer que tenho, porque eu trabalho, e para isso venho trabalhando dia e noite, enquanto as pessoas estão aí no bar, muitos que ficam falando do que tem, quando estão tomando a sua cervejinha, eu estou lá no sol quente, está minha cara queimada para poder ter o que eu tenho.

Então, não vergonho do que eu tenho, pelo contrário, tudo que eu tenho foi comprado com dinheiro, declarado no imposto de renda. O Senhor repetiu duas ou três vezes o meu nome, como se eu pudesse me preocupar. Tudo que eu tenho é declarado e feito com muita dignidade.

O senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Deputado Célio, lamento profundamente Vossa Excelência estar enveredando por este caminho, mas a minha intenção é primeiro chamar atenção de Vossa Excelência, não por propriedade de terra que sei que Vossa Excelência tem, com legitimidade, pois conheço a sua família, e sei o quanto vocês são sérios, mas ao me referir a Vossa Excelência como me referi a outros, mais especificamente a Vossa Excelência, porque o senhor é líder do governo, e antes de ser líder do Governo e antes disso, representa o povo. Então, como representante do povo e sendo líder do governo, tem que procurar esclarecer essas questões. Não adianta, Vossa Excelência estar bem, suas terras estão tranquilas, enquanto o povo está sofrendo, sendo ameaço, com faca no pescoço. Não adianta. A paz, o bem estar, a felicidade e para todos. Não adianta eu olhar o meu quadrado, quando o quadrado do meu vizinho está pegando fogo. Então, é importante que todos aqui tenhamos a consciência do nosso papel. O nosso papel, neste momento, é preponderante, essa questão é séria não só para o momento, mas para o futuro de Roraima, com a perspectiva dessa economia melhorar, crescer, e a tão sonhada prosperidade chegar.

Então, Deputado Célio, o meu foco foi esse, longe de pensar qualquer coisa de Vossa Excelência, mas já que o Senhor disse que o ex-Deputado Márcio Junqueira está ameaçado Deputado, se não é Vossa Excelência, mas está ameaçando, inclusive, com termos indesejáveis e impúblicáveis. Então, ele é tão forte e poderoso que ameaça Deputados.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chico Guerra – Deputado Flamarion, é importantíssimo o seu pronunciamento, gostaria de participar também dessa discussão. O Deputado ameaçado sou eu. Comprei uma propriedade rural, que há 26 anos estou ocupando, comprei da família Brasil que estava lá há mais de 80 anos, uma ocupação mansa e passiva e sou grileiro. O que está faltando é seriedade nesse processo, eles vão de novo estragar essa situação. Por exemplo, o pessoal do ITERAIMA não sabe quem é Olavo Brasil, não sabe quem é o Gaúcho Dias. São homens que vieram para Roraima e ocuparam terras neste Estado, e foi deles que eu adquiri essas terras. Eu disse ao Márcio Junqueira: vai lá medir a minha. Porque se hoje ele entra no meu jardim e arranca uma flor, amanhã estará deitando na minha cama. Portanto, eu não vou permitir esse tipo de coisa, estive com o Governador e estou dizendo o que eu disse naquele dia que eles estavam invadindo o Urubuzinho, disse que aquilo era uma grilagem oficializada, e mantendo a minha palavra de que isso é uma grilagem oficializada. Referente a essa prática, não aqui estou defendendo a minha terra, não, porque a minha eu vou tratar diferente, eu estou defendendo aquele pobre coitado que não tem a quem recorrer. A pessoa tem que defender o que é seu, senão amanhã eles vão entrar no seu quintal e comer até suas galinhas. Portanto, mostrei a Vossa Excelência a prova disso, como eles entram na calada da noite para fazer essa demarcação. E não é demarcação não, se a empresa META tem contrato ela está lesando o contrato, porque eles estão fazendo com caminhonete do ITERAIMA, com gente que não tem nada a ver com o ITERAIMA, mas eles estão lá tirando marco e colocando o marco deles, e com certeza estão faturando o que fez lá de terra legal que eles não fizeram.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado Guerra, pelo seu aparte, muito elucidativo. Parabéns pela coerência e posicionamento de Vossa Excelência. Isso é importante. E tem mais Deputado Célio, o lamentável é que eles estão entrando sem pedir permissão, eles rasgam a cerca, entram e depois deixam a cerca aberta. O gado sai, a pessoa tem prejuízo. Meu Deus, não pode, a pessoa para entrar na casa de alguém tem que pedir licença. É a forma mais civilizada que conheço.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Deputado, quero esclarecer alguns pontos. O “Terra Legal”, é um programa com recursos do Governo Federal, é executado pelo MDA e SEPLAN, e eles utilizam, em alguns casos, o pessoal de campo, pagando diárias, do ITERAIMA. Então o projeto do “Terra Legal” é para regularização das áreas, dos projetos de assentamentos do antigo território e outros, é diferente do que está ocorrendo agora. Esses, eles avisam, pedem para vir no ITERAIMA, é diferente do processo de invasão e grilagem de terras que está ocorrendo no Estado. Esse corre fora do projeto do Terra Legal, é uma coisa diferente. O Senhor citou o nome de uma pessoa aí, acho que foi Jefferson, esse não é o dono da empresa, esse é um peão, que foi depor cujo depoimento eu tenho. Onde estão citados os nomes dos verdadeiros donos, esse declara que trabalha para o fulano de tal e estava lá. Inclusive, tenho autorizações para que se proceda essa invasão, porque são terras ocupadas, como foi a do Homero, dos Cruz e tantos outros. O Passarão, não sei se está resolvido mas, quando recebi pessoas fazendo denúncias, e como conheço a área do Passarão, fui até o ITERAIMA. E das pessoas que me procuraram, várias delas têm títulos definitivos há mais de 20 anos, e outros que têm títulos ilegais, ilegais em termos de posse, porque é mais recente, são títulos dados pelo ITERAIMA. Mas, acho que todas as pessoas em torno do Projeto Passarão, independente daqueles que estão ocupando as áreas registradas em nome do Estado, desde 92, que eram do Ex-Território ou que o Estado adquiriu, essas pessoas foram chamadas a desocupar suas áreas, inclusive, as tituladas em cinco dias. Fui ao ITERAIMA saber, e encontrei lá, rascunhos feitos com minha letra, do meu tempo de ITERAIMA. E, de repente, todos se arvoraram em dizer que foi um erro, pois tinham que legalizar a área do Passarão, e informaram de forma errada para a PROGE. E, aí, resolveram ir na PROGE. E, até onde sei, a PROGE fez uma reunião com alguns, não sei se foram todos, pois, não estava presente, pedindo que desconsiderassem aquele pedido, pois foram induzidos com a relação, inclusive, com nome de pessoas com títulos definitivos de 20, 30 anos atrás. Então, não sei quantas pessoas receberam, nem quantas compareceram, mas sei, que a PROGE pediu a eles que desconsiderassem pois foi um erro mediante uma relação mandada pelo ITERAIMA.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Obrigado, Deputado Aurelina, pelos esclarecimentos. Tomara que seja resolvido mesmo, porque as pessoas que têm 20 anos de luta nessas terras, terem cinco dias para desocupá-las, é um absurdo. Consultei um desembargador que disse que, quem tem título, só pode ser notificado judicialmente, não dá mais para fazer a notificação administrativamente. Mas, a ousadia é tão grande que chegam na sua casa, pegam a panela da pessoa e dizem: saia desta terra que ela não é sua. E o título, não serve para nada, não?

Aparte concedido ao Senhor Ionilson Sampaio – Deputado Flamarion, nós imaginávamos que, após a transferência das terras por parte do Governo Federal, mediante aquele decreto, nós iríamos viver um novo momento em Roraima. Infelizmente, a coisa parece que está desandando, e daqui a pouco teremos uma situação de total insegurança jurídica, inclusive, podendo tomar o caminho da violência, como acontece hoje no Estado do Pará, onde há tanta confusão de terra, gente matando gente por causa de um palmo de terra, enfim. É uma situação que o governo do estado deveria ter visto com a máxima atenção. O ITERAIMA não pode ser um órgão político, tem que ser um órgão técnico, assim como a FEMARH, a ADERR. É necessário colocar pessoas nesses órgãos que entendam de direito agrário, do que é demarcação de terras, e que tenham o respeito da sociedade, inclusive, dos órgãos de controle e fiscalização. E não acredito, que hoje o ITERAIMA tenha o respeito desses órgãos, a prova maior é que está impedido de titular, a FEMARH está impedida de fazer licenciamentos, por que? Porque se criou uma confusão tão grande diante dessas questões, e a justiça veio e disse: Para, para pra acertar. E nem assim, essa questão teve um stand by, pelo contrário, de lá para cá, depois da interrupção por parte da justiça, se criou foi mais confusão. A prova maior é que, depois daquele dia, as denúncias pipocaram aqui na Assembleia. A vinda do Presidente do ITERAIMA, Márcio Junqueira, nesta Casa, é pertinente, necessária e esperamos que ele seja convincente, caso contrário, não merece nem a confiança do governo nem da sociedade para estar à frente daquele órgão. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Quero parabenizá-lo por trazer esse problema à tona, parabenizo também o Presidente Chico Guerra, pois, o senhor, como autoridade, o Márcio Junqueira não tem como enfrentá-lo, mas os pequenos, que não tem imunidade, que não tem mandato, ele os ameaça, sim. Esta Casa deveria fazer um comunicado ao Ministério Público Federal para

investigar onde está o dinheiro dessas terras que estão sendo demarcadas, para ver se estão sendo utilizados para o fim que se destinam. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Quero parabenizá-lo por mais uma vez se pronunciar de forma tão brilhante e com a clareza, que Vossa Excelência sempre que se propõe a tratar situações desta forma. Queria dizer que o contrato feito pelo Procurador é a legalização da propina de 10%, acho até que ele está cobrando de forma inferior da que é cobrada nos demais órgãos do governo por aí. E é lamentável, como disse o Deputado Ionilson, quando as terras foram transferidas para o Estado, nós imaginávamos que nosso Estado agora fosse crescer, e que a gente, de fato, fosse desenvolver, buscando empreendedores nos Estados e de fora dele. Mas, agora, qualquer pessoa que quer uma terra em Roraima, paga cinco mil reais pela certidão de posse e o ITERAIMA dá. A pessoa paga o georreferenciamento, paga a certidão de posse e recebe a terra, depois, paga mais vinte e cinco mil reais e recebe o título definitivo. Essa é a grande verdade, todo mundo em Roraima sabe disso. O que o ex-Deputado Homero Neto está sofrendo ameaças, o Deputado Chico Guerra está sofrendo. Então, o que Vossa Excelência quis dizer para o Deputado Célio, é que ele também poderia ser ameaçado pelo fato de ter terra. Mas, principalmente, ele tem o direito de defender a população, como todos nós temos. Eu, a exemplo do Deputado Chico Guerra, moro há 38 anos em São João da Baliza, sou de uma família de oito irmãos, todas as terras da nossa família, juntas, dá 2.300 hectares, e enfrentei um processo na Polícia Federal por grilagem de terras. Quem fez essa denúncia por grilagem de terras? Meus adversários, é claro. Cheguei em Baliza com doze anos de idade, se fosse grileiro mesmo, metade daquelas terras seriam minhas, ora, minha família foi quem fundou São João da Baliza, foi meu pai, foi o João Pereira meu cunhado, fomos nós que fundamos aquela cidade lá. Quando chegamos lá não existia ninguém, só calango, onça e porcão, nada mais do que isso. Como que minha família todinha, que tem dois mil hectares de terras, faz grilagem de terras. Quando na realidade, tem gente que chegou lá, há cinco anos, tem dez mil hectares de terras e não tem nenhum processo na polícia federal e nem em lugar nenhum nem mesmo estão sendo ameaçados de tomarem estas terras. As minhas terras, as terras da minha família, nós estávamos vendendo algumas terras, quando uma autoridade do estado chamou a pessoa que queria comprá-las e disse: “não compre, porque as terras do Mecias nós vamos tomar. E, devido a isso deixamos de fazer o negócio. Enquanto isso, lamento ver grilagens de fato e de direito no nosso estado, pessoas que moram em São Paulo, que nunca vieram aqui mas têm três mil, cinco mil, dez mil hectares de terras, conseguidas no ITERAIMA, através de procuração, mandaram um procurador vir aqui para conseguir estas terras enquanto nós estamos aqui de mãos atadas sofrendo esse tipo de retaliação, esse tipo de ameaça. Enquanto isso, este Estado, na maravilha que está, parece o País das Maravilhas, dos contos de fadas. Tanto é, que o Governador está viajando, está na Turquia, é a segunda viagem que ele faz em menos de trinta dias, férias brancas, não se preocupando com as pessoas que têm dinheiro para receber do FUNDEB, como o transporte escolar, com os hospitais sem médicos, sem medicamentos. E nós ficamos aqui sem saber a quem apelar, porque aqui dentro há conflitos com relação a isso, e alguém diz que ele não vai mandar o dinheiro dos poderes porque só chegaram dez milhões. Ora, chegaram dez milhões, dia 10; dia vinte, chegaram trinta milhões do FPE, e dia trinta vêm mais cinquenta milhões. E o ICMS que chega a cem milhões por mês, e o que é feito com esse dinheiro? Há de se ter responsabilidade e compromisso de todos nós, essa luta não é só dos Deputados da oposição, essa luta é de todos os Deputados e de toda a sociedade de Roraima. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado Ionilson, Gabriel Picanço e Mecias de Jesus. Deputado Mecias de Jesus, a projeção da Secretaria do Tesouro Nacional é que o Estado arrecada só e somente só de FPE cento e quarenta milhões de reais, é projeção, pode até ser que dê mais. A tendência de novembro é dar mais do que foi projetado. Então, cento e quarenta milhões de reais sem contar com ICMS, IPVA e outras receitas. Então, é possível que a gente bata em torno de duzentos e vinte, duzentos e cinquenta milhões no mês de novembro, portanto, falta de dinheiro não é. É falta de compromisso e de gestão que o Estado tem. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. O meu discurso é mais uma fala recorrente, pois, por repetidas vezes, venho cobrando do Governo do Estado as devidas providências. Refiro-me ao transporte escolar, hoje está em pauta nos meios de comunicações do nosso Estado, com

várias denúncias. Ocupei a tribuna por várias vezes cobrando o bom funcionamento do transporte escolar, já trouxemos para esta Casa várias lideranças do interior do Estado para exporem a situação em que se encontra o fornecimento desse tipo de serviço.

Durante o primeiro turno da campanha em que fui eleito, acompanhando o meu candidato, Senhor Neudo Campos, em viagem para o interior do Estado, ele me perguntou quem seria apto, bom, para assumir a Secretaria de Educação. Não pensei duas vezes, até pela falta de experiência, respondi a Lenir Rodrigues seria uma excelente opção, por ter conhecimento na área. E o Governador Neudo Campos questionou por ela estar em outro palanque. Ou seja, naquele momento, e até hoje acredito que a Senhora Lenir Rodrigues tem compromisso com a educação, e ao assumir a Secretaria fiz questão de fazer-lhe uma visita para desejar boa sorte, e me colocar à disposição no que fosse possível para ajudar. Na oportunidade ela falou que veio para fazer o diferencial, e pretendia ficar, no mínimo, 6 meses, iria organizar aquela pasta, e que ela já havia dito ao Governador que tinha apego ao cargo. Ela enquanto professora e defensora pública, financeiramente ganha muito mais do que estar à frente da Secretaria de Educação.” Ou seja, ela tem todas condições de fazer uma boa gestão, tem meu apoio, acredito nela. Recentemente, fiz novamente uma visita à Secretaria, levei lideranças do interior do Estado para relatar fatos que vem ocorrendo relacionados ao transporte escolar, falei que estive pessoalmente com minha equipe, visitando o interior do Estado. E, segundo ela, ao assumir a Secretaria já havia um contrato em vigor de transporte escolar, enquanto não poderia fazer muita coisa devido haver esse contrato. E a primeira coisa eu pedi foi que nós fizéssemos fazer um nova licitação o quanto antes. Está previsto uma nova licitação para o transporte escolar que, se não me falha a memória, com validade de 5 anos, porém esse novo contrato já vem me preocupando, pela forma que vem sendo direcionada essa licitação. Estão ocorrendo apadrinhamentos políticos, as custuras, entendimento e distribuição de rotas. Parece-me ser algo montado, feito para o Governo do Estado cumprir alguns acordos políticos, firmados no interior do Estado. Principalmente com os seus cabos eleitorais, quando não pode ser dada uma chefia, diretoria ou secretaria, mas são dadas 4, 5 rotas de transporte escolar. Ou seja, é muito mais um arranjo do que uma licitação de fato e de verdade. Falo porque eu já estou com as rotas, preço mínimo por quilômetro de cada rota, e, pasmem! Constam aqui, anotações onde dono de transporte escolar já deixou registrado que tal rota pertence a ele, ou foi mais ousado ainda, adicionou mais quilômetros à rota, dizendo: adiciona mais 30 Km nessa rota! Pelo que eu percebi, quem faz a quilometragem são pessoas ligadas às empresas, e não a equipe técnica do Governo. São muitas denúncias, tem muito empresário sério que faz questão de colocar o nome e o número do telefone da empresa nos carros. Agora, tem cada picareta disfarçado de empresário de transporte escolar. Estamos falando de educação, que é um direito básico do cidadão, eu tenho denúncias... Fomos ao Ministério Público. Há empresas de transporte escolar que botavam motoristas que sequer são habilitados, toda semana troca o motorista, chegam a recrutar motorista do veículo. Deputado Joaquim, na condição de presidente da Comissão de Educação, eu posso lhe passar esse material. Eu tenho fotos de 20 crianças na carroceria de um pick-up! Essa comunidade teria 9 veículos, fazendo o transporte escolar, mas, na verdade, só tem 4 automóveis trabalhando. Ou seja, há uma sobrecarga, há frequência de motoristas de transporte escolar que nem aqui moram mais, nome de motoristas que trabalham com táxi lotação, mas para todo efeito está trabalhando no interior do Estado com transporte escolar. Temos: fotos, imagens e vídeos, que comprovam as nossas denúncias, sem mencionar os vários termos e declarações de pessoas que moram no interior.

Eu percebi na Secretária de Educação um pedido de socorro, que falou: olha eu não consigo resolver porque tem interferência política, como está havendo agora. O novo edital que vai sair, está permitindo que proprietários de veículos com até 10 anos podem participar da licitação. A própria cartilha do MEC recomenda no máximo 8 anos, mas já abriram um precedente dentro do edital para cumprir acordo político feito em 2010 e 2012, com empresários do transporte escolar que ajudaram o atual Governo, mas os empresários, mesmo não tendo veículos novos, vão participar da licitação. E se ganhar, em 60 dias, ele compra os veículos e os põe para rodar. Mais uma vez o Governo está brincando com o dinheiro público, sendo irresponsável para com a educação dos jovens do interior do Estado.

Visitei escolas, onde durante o primeiro semestre, as crianças tinham tido menos de 8 aulas de química e física, simplesmente por

falta de transporte escolar. Ouvi da própria secretária que há casos absurdos como esses que vou citar. Ao ganhar a licitação, é solicitado ao empresário que leve os seus veículos para vistoria, chega ao pátio da Secretaria um veículo novo, pneus novos, com motorista habilitado, com toda documentação em dia, porém, 4, 5 dias depois, quando vai ser feita uma visita à escola, a qual foi destinada esse veículo, é encontrado um transporte completamente diferente, é outro veículo, com pneu careca, placa adulterada. Então, quero defender e acreditar que a maioria dos empresários são sérios, que prestam serviço de qualidade. Eu já estive no Tribunal de Contas, estou oficializando à Comissão de Educação, para visitar o Tribunal de Contas do Estado para acompanharmos essa licitação de perto, da mesma forma esta Casa deve acompanhar de perto, já é de nosso conhecimento, já vivemos no passado algo parecido. Quando há uma licitação dentro do Governo, os empresários que são parentes ou apadrinhados da classe política vão para dentro das licitações, usando o nome do político e, às vezes, ameaçando, pressionando, afastando outros concorrentes interceder junto aos donos dos transportes escolares. Não podemos cometer os mesmos erros já cometidos ao fazer as licitações anos anteriores, onde uma minoria de apadrinhados políticos ganharam licitações sem prestar serviços de qualidades, inclusive, muitos deles estão sendo processados pelo Ministério Público.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Deputado Sampaio, complementando seu pronunciamento, a dificuldade financeira dos donos de transportes escolares é imensa, eles não têm mais como comprar peças, óleo diesel, infelizmente, o Estado está sem direção. Nesse sentido, eu venho lutando com a vicinal 18. O Senhor disse, que alunos passaram três, quatro meses sem assistir aulas, no São Luiz do Anauá passaram seis meses. A Emenda do Deputado Remídio para recuperação de uma vicinal ficou só no papel. Ele levou uma máquina para boca da vicinal mesmo assim não fizeram. Quanto à reunião dos donos do transporte escolar, que reuniram com o senhor Governador vinte dias atrás, segundo comentários de alguns deles, o governador foi enfático em dizer, quem quisesse continuar era desse jeito. Por isso, fiz aquele projeto para que as contas fossem pagas por ordem de chegada na Secretaria de Fazenda. Teve Deputado que foi contra, como Deputado Chicão da silveira, porque deve ter algum interesse lá, porque muitos se aproveitam de oportunidades de pessoas falidas para dar algum benefício, para liberar alguma fatura. E isso acontece no Estado não é de agora, acontece no Estado há mais de 20 anos. Eu sou empresário há mais de vinte anos no Estado, e comigo já aconteceu, mas nunca cai nessas lábias. Não foi para isso que vim para Roraima, eu vim para Roraima para trabalhar, vim para Roraima para ser cidadão, sofro as consequências, é por isso que os transportes escolares não estão recebendo, porque são faturas de 10 mil, 5 mil, 20 mil, não dá para as pessoas que se intermédio para receber. Quero me juntar com Vossa Excelência, e dizer ao senhor Governador que a educação é prioridade para o Estado. Vamos socorrer o transporte escolar, pedir à Secretária Lenir, que, com seu conhecimento interceda em favor dos donos de transporte escolar, para que eles recebam suas faturas e possam trabalhar, levar os filhos dos produtores rurais do Estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. Obrigado, Deputado Gabriel. Solicito ao setor inserir em meu pronunciamento o aparte de Vossa Excelência, sei que há meses alguns empresários não recebem suas faturas. É praxe deste Governo dar calote em todos os fornecedores, e os bons empresários que pagaram o salário do seu motorista, pagaram os encargos, estão dando manutenção do veículo, esse empresário está pagando calote. E o pior, não pode se expor, porque o Governador diz, olha se cobrar, denunciar, não participa da próxima licitação, aí fica o empresário numa situação difícil.

Aparte do Senhor Deputado Remídio Monai – Deputado Sampaio, é bastante oportuno a sua colocação, pelo conhecimento que tenho da área, quero colaborar com alguns esclarecimentos. O transporte escolar, na sua licitação no passado, teve algumas falhas, que a secretária Lenir, pela sua experiência, está procurando corrigir, está preste a sair um pregão, creio que seja no mês de dezembro, e a licitação é pública, lá está imprensa, TCE, e não vejo grandes problemas na licitação. O grande problema que tem hoje é a fiscalização. A EMUR, não sei quantos funcionários têm, imagino que sejam uns 100, para cuidar de sessenta ônibus. A educação hoje tem aproximadamente 500 veículos, tem ônibus, micro-ônibus, van, mas a Secretaria de Educação não tem um departamento de transporte com uma estrutura mínima para cuidar, então o que acontece? Na hora de participar da licitação, a licitação é pública, vai todo mundo pra lá, até aí tudo bem, na hora em que os veículos são apresentados, na

verdade não são os veículos que vão para vicinal, uma grande parte dos empresários apresenta um veículo para fazer a vistoria, mas para vicinal vai outro, tem ônibus trabalhando no transporte escolar com 25 anos de uso. Então, o grande problema, na minha opinião, o governo do Estado teria que montar uma estrutura de transporte na secretaria de educação, com pelo menos umas três camionetes, com grupo de fiscalizadores e funcionários concursados, porque geralmente põe funcionários comissionados que vão para o interior e ficam com medo de fazer um relatório com determinadas empresas. Então, a secretária de educação está corrigindo muitos erros, por exemplo, a secretária aceitava pessoas físicas para participar, o que acontece? O cidadão colocava no ônibus lá no Jundiá, ele ganhava outra licitação no Uiramutã, ganhava outra em Alto Alegre, por exemplo. Imaginem! O cidadão mora em Boa Vista, tem um ônibus no Jundiá, quais as condições que ele tem de oferecer uma estrutura, de manter esses carros trabalhando no Jundiá, e uma grande parte desses pequenos compra combustível da Venezuela. Então, eles têm que ir buscar o combustível com todas as dificuldades e problemas por ser ilegal. Ao voltar com esse combustível, até ele levar esse combustível no Jundiá, vejam o tempo gasto. As vezes, tem carro que passa uma semana sem combustível. Existe outra questão, com a qual a Assembleia precisa se preocupar. Há uma grande dificuldade em manter um diretor de escola no interior que fica à mercê do transporte escolar para ir buscar uma merenda e levar professor para receber. Devido a isso, as vezes, ele tem que assinar uma frequência de serviço que não aconteceu porque depende do transporte. Então, infelizmente a situação que Vossa Excelência expõe aqui é seriíssima, mas eu não vejo problema na licitação. A Secretária está corrigindo vários vícios, está se empenhando bastante. E nós temos que pensar em uma fiscalização que possa conferir in loco o que está sendo licitado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Obrigado pela participação de Vossa Excelência, um conhecedor da matéria. Acredito que a Secretária Lenir tem compromisso com a educação, quer fazer o diferencial. Agora uma coisa eu tenho certeza, ela está precisando de apoio político para implementar as reformas nesse novo processo de licitação, bem como Vossa Excelência falou sobre processo de fiscalização.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Sampaio, experiência própria, fui Prefeito de Mucajaí, duas vezes Prefeito de Iracema, em todo Brasil o transporte escolar é municipalizado. O Prefeito é o gestor público que mais de frente fica com a sociedade, portanto a facilidade de fiscalização dos municípios é infinitamente maior do que do Estado. Nenhum cidadão brasileiro mora no Estado ou mora no Brasil, ele mora no município que faz parte do Estado que compõe a federação brasileira. Então, as coisas mudam no Brasil, a prioridade não é o município, se municipalizassem o transporte escolar em Roraima, nós resolveríamos esse problema facilmente, porque o transporte que vai atender o Roxinho, Campos Novos, vão ser administrados em Campos Novos, administrado no Roxinho. É muito menor a fiscalização e muito mais fácil ser fiscalizado. Falta é o Estado se modernizar, descentralizar, não existe mais nenhum Estado no Brasil que adota o sistema que é adotado em Roraima. A lei que existe há oito anos já era tempo para o transporte escolar de Roraima ter sido municipalizado.

O Senhor Deputado soldado Sampaio continua. Obrigado, Deputado Joaquim, quero, desde já, pedir apoio a Vossa Excelência. Enquanto a Comissão acompanha esse processo de licitação, que se dê o suporte necessário e o apoio político à Secretária de Educação para que essa licitação ocorra. Conforme falou o Deputado Remídio, o processo de fiscalização nas novas empresas que vão ganhar essas rotas, que o bom empresário seja valorizado, aquele que faz o seu trabalho de transportar as crianças, de acordo com o estabelecido no contrato. Sabemos que o transporte escolar é a única alternativa que o colono tem, no momento de necessidade, doença ou até mesmo no momento de lazer lança mão do transporte escolar, a própria diretora faz isso. Mas isso não dá direito em momento algum ao mau empresário, sem compromisso, que tem as costas largas e apadrinhamento político de deixar de prestar esse serviço essencial às crianças.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Deputado Sampaio, quero me solidarizar com Vossa Excelência, quanto à sua preocupação. É muito doído para um pai e uma mãe ver, às vezes, seu filho em casa sem poder se deslocar para escola em decorrência da falta do transporte escolar. Por outro lado, eu já fui procurado, várias vezes, por algumas empresas para interferir no recebimento, licitações, oferecendo vantagens, acredito que outros Deputados foram procurados também, acho isso ridículo, porque as modificações, as transformações do mundo e do ser humano vem através do conhecimento, aprendizado,

passa pela escola. E nesse transtorno, o governo tem uma grande culpa e falta de responsabilidade, só não pelo pagamento. Às vezes, nas licitações que se faz por lote ganham as empresas que nem endereço fixo têm, e, às vezes, ganham a linha com vinte transportes, mas ele não tem um. Ele vai até Manaus para alugar, comprar ou ceder para outro, e muitas vezes o transporte quebra, e larga na vicinal, porque não tem outro para substituir. Acontece, às vezes, em nosso meio, se realmente formos aplicar com rigor, vamos deixar muito pai e muita mãe de família sem oportunidade de trabalho. Mas, Vossa Excelência, permita-me fugir da discussão. Eu estou com três mandatos aqui, não sou dono da verdade, não sou espelho da transparência, mas faço um desafio, meu sigilo telefônico, sigilo bancário, podem ser cobrados a qualquer hora, e desafio algum Deputado que tem empresas fazer o que faço. Não sou dono de empresa, não sou ligado a empresários, meus filhos todos tem nível superior, nenhum é funcionário do Estado, eu tenho certo zelo pelas coisas, não quero com isso dizer que sou dono da verdade, eu tenho autonomia e independência de fazer o que faço aqui nesta casa, de votar a favor ou contra a qualquer matéria, se sou da base governista, não devo satisfação nenhuma a Deputado governista ou Deputado de oposição. Procedo com total isenção e total independência, nos meus atos. Do jeito que respeito meus companheiros aqui, eu exijo ser respeitado.

Quero cumprimentar Vossa Excelência, sou solidário ao seu pronunciamento, e que possamos unir forças para não deixar faltar o transporte escolar para os alunos. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. Obrigado Deputado Chicão. Quero deixar registrado essa fala, que não fique só nessa fala, em nível de conversa que possamos partir para algo concreto, dar apoio à Secretária Lenir, para uma licitação dentro das regras estabelecidas e, acima de tudo, após o processo licitatório que implemente uma equipe técnica altamente independente para fazer essa fiscalização, para acompanhar os serviços de transporte escolar. Estamos falando de educação, a quantas crianças estamos negando o direito ao transporte escolar funcionando com eficiência, crianças essas, que poderiam ter um futuro digno, e amanhã ser um doutor, um médico, um advogado ou um cientista, mas, se ficarem lá na roça, sem estudar, sem acesso à sala de aula, está fadado a aumentar mais ainda a fila dos desempregados do nosso Estado. Então, é o nosso pedido, quero pedir à Comissão de Educação, ao Presidente desta Casa para, juntos, dar esse apoio político à Secretaria e encaminharmos um pedido ao Tribunal de Contas que acompanhe o processo de licitação para que tudo seja feito como deve. Obrigado.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores, gostaria de cumprimentar meu amigo Habib Fraxe, em nome dos meus amigos da plateia, a minha ex-professora Luciene Sampaio no Osvaldo Cruz, em nome de todas as mulheres presentes, bom-dia. No meu último pronunciamento prometi que falaria sobre o orçamento, mas, ainda não concluí meus trabalhos, por tratar-se de um assunto um tanto delicado, uma matéria que estou me aprofundando, agora. Mas, nas ruas as pessoas me perguntam sobre a causa desta crise? Qual a explicação para o que está acontecendo? Dizem que ouviram o governador em todas as rádios, em todos os meios de comunicação falando que o Estado está quebrado, e ficam querendo explicação para este momento no nosso Estado. Querem saber por que os salários estão atrasados? Por que pessoas de empresas terceirizadas estão há mais de sessenta dias sem receber? Fico sem saber o que dizer, embora saiba muito bem a dificuldade que essas pessoas estão enfrentando, também, metade da minha vida passei dificuldade, a outra metade, não. Entendo a situação, principalmente de um pai de família sem condições, o que significa o atraso nos salários. Fiz um levantamento apenas dos repasses constitucionais, o FPE, Fundo de Participação dos Estados, o IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados, que é uma compensação aos Estados pela não arrecadação de ICMS, a CID, que é a CID combustíveis que todos conhecem; a Lei KANDIR, que é um repasse nem tão significativo, é algo em torno de meio milhão de reais que é repassado anualmente ao Estado, e principalmente, o FUNDEB, que é um dos repasses mais importantes. Tomara que, se ele estiver na Turquia mesmo, aproveite para pegar uma aula de economia, pois o turco tem fama de ser econômica. Mas, pelo jeito, de economia o Governador não sabe o que é, muito menos gestão. Vou ler aqui para o governador, sobre o Fundo de Manutenção e desenvolvimento, manutenção, a gente sabe que não está tendo pois a sociedade sabe melhor do que os Deputados a forma pela qual estão sendo conduzidas nossas escolas no Estado. Acho que o governador não sabe que existe um rateio de tudo o que sobra do FUNDEB, tem que haver um rateio destinado aos professores do Estado. Mas quando eles falam em crise, eu fiz um comparativo do ano passado,

de 2011, para os repasses que foram feitos, apenas os repasses constitucionais ao mês desses cinco fundos que eu falei. No mês de janeiro de 2011, foram repassados 136.222.856,00. Em janeiro deste ano, foram repassados 134.628.064,00, que significa uma perda de menos 1,17%. E os meses anteriores, até para não me alongar, eu vou fazer apenas a comparação das QVs. Mas em fevereiro deste ano comparado com fevereiro do ano passado já houve um aumento de 11,69%. Isso o Governador não fala na televisão. Em março deste ano houve um acréscimo de 10,66% referentes ao mesmo período do ano passado. Em abril, uma alta de 8,80% de aumento. E em maio outra alta de 8,67%. Em junho uma alta de 1,51% desse total. Mas em julho, o Governador começa a vir aos meios de comunicação e dizer que tem crise porque ela fala de uma queda de menos de 13%. Em agosto, outra queda de menos 12%. Em setembro, uma alta de 13,4%. Em outubro, foi o mês que ele veio falar que o Estado estava quebrado, houve uma queda significativa de menos de 18,04%. E em novembro, foi citado pelo Deputado Joaquim Ruiz, que só nos primeiros dez dias deste mês, só de FPE, foram repassados 67.858.718,34. Só nos primeiros dez dias deste mês. E hoje, em informação extraoficial, foram passados 14 milhões. Mas por que eu estou levantando isso? Porque, Deputado Gabriel, o mesmo homem que vai a todos os meios de comunicação ligados a ele dizer que o Estado está quebrado, mas não explica o porquê de o Estado estar assim, que culpa apenas o Governo Federal. Ele não diz que até o presente momento, enquanto ele fala em queda absurda do FPE, nós estamos é com um saldo de 1,33%, comparado ao mesmo período do ano passado. Então, não se pode culpar. Eu estou falando apenas dos repasses constitucionais. Aqui não está o ICMS, o IPVA, que irá entrar agora no final do ano e muitos menos as taxas. E digo isso, pelos dados que estão no Tesouro Nacional, que até a presente data, que foi ontem que eu fechei meu relatório, o Estado, comparado com o ano passado, recebeu o ano todo um bilhão, 298 milhões, seiscentos e trinta e um mil e sessenta e cinco centavos. E até ontem o Estado tinha recebido o repasse de um bilhão, trezentos e quinze milhões, novecentos e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e sete centavos. Então, o Governador, no momento, na Turquia, tomara que o Senhor aprenda com o o turco alguma coisa sobre economia. Então, Deputado Sampaio, eu falei em FUNDEB é porque me chegou a informação extraoficial. Infelizmente, a pessoa que veio me falar não poderia de qualquer maneira, me dar provas, mas me aconselhou averiguar que foi usado parte do recurso do FUNDEB para as outras finalidades, que é completamente ilegal. É um dinheiro que é certo, tem que ter a destinação específica. Não sei se isso é verdade, mas por essa razão, através do gabinete, Deputado Joaquim Ruiz, eu pedi a informação, mas peço também a Vossa Excelência, que é Presidente da Comissão de Educação, enquanto um ofício, solicitando à Senhora Lenir Rodrigues informações do extrato sobre o que está sendo feito com os recursos do FUNDEB. Que pagamentos foram feitos? Qual foi a destinação? Eu vou enviar esse ofício também à sua comissão para que reforce o meu pedido.

Outro ofício enviado à Secretaria de Infraestrutura para nos passar um relatório do número de escolas reformadas, quais os processos licitatórios, quantos processos desses estão em aberto e quantas escolas também foram construídas que, segundo informação que a gente tem, é lamentável. Ao Senhor Luís Renato Maciel de Melo da Assefaz, solicitando também um repasse do que foi feito de pagamento com o recurso do FUNDEB. E talvez o ofício que vai ser respondido com mais rapidez é o que vai ao Senhor Josinaldo Barbosa Bezerra, Presidente do SINTER. Este sim sabe quem representa os professores, qual é a dificuldade a respeito do rateio, se este rateio está sendo feito com o recurso que sobra do FUNDEB.

Então, Senhoras e Senhores, amanhã eu vou trazer também um relatório parecido com esse, sobre o que foi arrecadado pelo Governo com arrecadação própria. E o Governador vai ficar sabendo pelos seus advogados do que foi dito aqui, que apareçam para dizer o que eu estou falando aqui é alguma inverdade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Obrigado pelo aparte. Venho me somar nessa discussão para desmentir o Governo do Estado, dizer que essa crise financeira se dá em virtude da falta de arrecadação. Nós já provamos que por, várias vezes, Vossa Excelência está demonstrando mais uma vez também que a arrecadação deste ano ultrapassa e muito o que estava previsto na Lei Orçamentária, que eram dois bilhões e quarenta e três milhões. Já ultrapassamos esse valor. A arrecadação, tanto a própria, quanto das transferências federais, está igual ou maior do que a do ano passado. E, em 2011, não houve crise. Ou seja, não tem motivo para crise. O motivo que tem para crise se deu pela falta de responsabilidade do atual Governador em criar despesas sem as devidas receitas. Nós estamos falando dos cargos

comissionados, das secretarias, de obra superfaturada e dinheiro que está vazando para o ladrão, e não sabemos qual o destino. Essa é a verdadeira crise. E eu quero me dirigir, em especial, ao Presidente desta Casa, Deputado Chico Guerra, que nós temos uma LDO e consta nos seus artigos, prevendo, se houver arrecadação menor do que está estabelecido, o Governo do Estado tem o dever e tem o mecanismo legal de encaminhar para esta Casa, pedindo revisão da Lei Orçamentária previsto na LDO. Se o Estado estivesse arrecadando menos do que está estabelecido na Lei Orçamentária, desse dinheiro, ele tem um mecanismo, isto é, dividir essa falta de arrecadação de maneira proporcional aos poderes. Ou seja, é o que percebemos que o Governador não mandou nenhuma mensagem para cá. Sequer, quer discutir a questão financeira do Estado porque ele não tem como demonstrar para a gente aqui, financeiramente, que é a crise. Não tem. Agora, eu fico abismado é com a omissão dos poderes, inclusive, desta Casa, que o duodécimo dos poderes desta Casa, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria, ele está cotado na Lei Orçamentária. Está previsto entre os dois bilhões e quarenta e três milhões que foi aprovado. Se nós tivéssemos arrecadado apenas dois bilhões ou um bilhão e meio, teria motivo real para atrasar o duodécimo dos poderes e o pagamento dos servidores. O duodécimo dos poderes, o salário dos servidores, está previsto item por item, inclusive, a reposição salarial dentro da lei orçamentária aprovada. Essa é a verdade. Infelizmente estou percebendo que os demais poderes estão se curvando, sendo omissos perante os desmandos do atual Governador. E aí fica o chamado para o Tribunal de Justiça, para o Ministério Público, para a Defensoria Pública e para esta Casa. Nós vamos deixar um Governador sem noção de gestão, sem compromisso, que deu um calote na sociedade roraimense, levar o Estado ao fundo do poço! Que representantes do povo somos nós? Qual a independência que tem um judiciário, tem o Ministério Público, tem a Defensoria Pública em defender o povo, em defender, pelo menos, a sua parte, que é o duodécimo? Então, eu não aceito. Quero lhe fazer um convite especial, Deputado Marcelo, Senhoras e Senhores Deputados, nós estaremos nos reunindo amanhã, o mais tardar na quinta-feira com os representantes do desenvolvimento social do nosso Estado, com os representantes do Sindicato dos Servidores para pedir o afastamento do atual Governador. Elemento jurídico é o que mais temos. O que está faltando é apelo popular, é a força política. Crimes eles vêm cometendo aos montes, a exemplo do atraso do duodécimo; da não implementação do Plano de Cargos e Salários da Saúde, essa grilagem de terras. Podemos elencar inúmeros motivos jurídicos que nos dão sustentação política para afastar o Governador. Está faltando apenas o compromisso dos poderes, desta Casa e, também, que a sociedade saia para as ruas pedindo o asfaltamento, ao atual Governador. Nós afastamos um Presidente corrupto, anos atrás. E Roraima tem oportunidade de fazer o mesmo, afastando o atual Governador. Ou, se ele tivesse ao menos dignidade, daria um grande presente de natal à sociedade roraimense, que seria a sua renúncia do cargo. Obrigado, desculpe pelo desabafo, Deputado Marcelo.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael continua – Obrigado pelo aparte. Peço que seja incluso em meu pronunciamento. Deputado Sampaio, eu faço coro com que Vossa Excelência colocou.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Natanael, quem está na tribuna é um advogado. Há uma comissão de advogados na nossa plateia, representando um grupo que lançou uma candidatura para OAB. E eu gostaria que Vossa Excelência, que está na tribuna, eu não posso fazer daqui, fizesse uma saudação aos advogados que estão em nosso plenário.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael continua. - Obrigado pela lembrança. Vossa Excelência só antecipou, eu estava deixando para o final. Mas é claro que eu vou saudar meus colegas advogados, assim como, a chapa que eu apoio, a “OAB PARA TODOS”, já tem o meu voto. Sejam muito bem-vindos a esta Casa. Eu tenho certeza, posso falar até pelo Presidente Chico Guerra, a porta desta Casa sempre vai estar aberta a todos nós. E é uma honra também para mim, estar aqui representando esta Classe.

Mas, Deputado Joaquim, o pronunciamento de hoje foi apenas para desmentir. Porque é muito fácil para nós, que tivemos a oportunidade de ter um estudo. Mas é muito fácil ver um pai de família dizer que ouviu na televisão um Governador falar que o Estado está quebrado, mas não dizer os motivos. Os números são fatos, eles não mentem. O Estado não está quebrado. Não vamos culpar a União. É muito fácil usar os meios de comunicação para manipular a população mais carente, que não tem, às vezes, o conhecimento como nós, que tivemos a oportunidade de adquirir, enfim, dizer para vocês que eu vou continuar nessa luta.

Sobre a grilagem de terra, é até lamentável o que eu vou dizer, mas vou ter a mesma coragem que o Presidente Chico Guerra teve. Recebi ligações dizendo assim: “menino afoito, fica na tua, está mexendo com gente grande”, quando eu me pronunciei aqui a respeito do ITERAIMA. Eu não tenho medo. Vou continuar nessa luta. Vou continuar com a mesma coragem que o Presidente Chico Guerra teve de falar aqui o que aconteceu. Gostaria de dizer ao Deputado Flamarion, que o terreno que eu citei aqui, sobre o qual recebi a denúncia, já tiraram a placa de propriedade particular. Mas andei lá dentro, onde ainda tem uma placa, que eles esqueceram de tirar da área institucional do ITERAIMA. E continuo recebendo inúmeras denúncias, inclusive, pelas redes sociais, sobre invasões de terras que o Deputado Flamarion denunciou hoje, como a da família Souza Cruz. Quero dizer que medo não vou ter não, vou continuar nessa luta, porque este é o Estado que me acolheu, o Estado, onde meu filho vai nascer. E o Estado pelo qual nós temos forças suficientes para lutar, não permitir que esses desmandos continuem acontecendo. Peço a todos os colegas para continuar lutando. A luta vai ser difícil, mas nós vamos vencer. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Gostaria de cumprimentar os advogados presentes neste Plenário, Dr. Edinaldo que encabeça a chapa OAB PARA TODOS, Dr. Marivaldo, Dra. Chaguinha, Dra. Maise, enfim, todo o grupo seletivo que faz a advocacia no nosso Estado. Desejo a todos vocês sucesso no dia 23, que vocês tenham muita sorte, que o Dr. Marivaldo continue o seu trabalho, o Dr. Edinaldo também. Conheço a situação de vocês, pois tive a oportunidade de estarmos próximos, durante todo este mandato que finda agora. Portanto, manifestamos o nosso respeito e nosso, carinho e a torcida para que vocês saiam vitoriosos no dia 23.

Passaremos agora para a Ordem do Dia. Discussão e votação em Turno Único do Projeto de Lei nº 048/2012, que altera a Lei 8.037, do dia 07 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2012/2015, de autoria governamental. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 048/2012 e do Parecer em conjunto.

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede uma questão de ordem – Senhor Presidente, este Projeto já tramitou, já sofreu análise nas Comissões, mas, hoje de manhã, ao discutir com o Professor João de Carvalho, percebemos uma deficiência que carece esclarecimento com o Dr. Haroldo Amoras. Diante disso, para não submeter ao Plenário, com esta lacuna, peço a Vossa Excelência vistas ao Projeto, podendo trazê-lo ainda amanhã, se for o caso, ou depois de amanhã, somente para prestar alguns esclarecimentos. Também, aproveito a oportunidade para dar um afetuoso abraço às senhoras e senhores advogados aqui presentes. Que Deus os ilumine, que realmente eles tenham uma grande vitória nos próximos dias. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Acato o Requerimento verbal do Deputado Flamarion Portela e está dada vistas ao Projeto de Lei nº 048/2012, dentro do prazo regimental. Passaremos para o expediente de Explicações Pessoais. Não havendo que queira se pronunciar, e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, e convoco outra para o dia 21 de novembro, à hora regimental, estiveram presentes durante a Ordem do Dia os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, e Rodrigo Jucá.**

Aprovada Ata Sucinta em: 21/11/2012

## ATAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às onze horas e trinta e sete minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados Flamarion Portela, Aurelina Medeiros, Coronel Chagas e Brito Bezerra, Membros Titulares. Ausentes os Senhores Deputados Jalsen Renier e Chicão da Silveira. **Abertura:** Havendo

quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Brito Bezerra, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia: 01) Mensagem Governamental de Veto nº 050/12**, que, “Veta totalmente o Projeto de Lei nº 011/12, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que, proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede privada do Estado de Roraima, nas hipóteses que especifica”. Relator, Deputado Flamarion Portela. Parecer Contrário ao Veto. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Relator, foi aprovado na Comissão. **02) Mensagem Governamental de Veto nº 055/12**, que, “Veta totalmente o Projeto de Lei nº 005/12, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, que, dispõe sobre o cumprimento de obrigações contraídas no âmbito da administração estadual direta e indireta, e dá outras providências”. Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer Contrário ao Veto. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer da Relatora, foi aprovado na Comissão. **03) Mensagem Governamental de Veto nº 056/12**, que, “Veta totalmente o Projeto de Lei nº 007/12, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que, assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber suas contas de energia elétrica, água e telefonia, impressas no sistema BRAILE, e dá outras providências”. Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer Contrário ao Veto. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer da Relatora, foi aprovado na Comissão. **04) Projeto de Lei nº 035/12**, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que, “Institui a meia-entrada para professores das redes públicas estaduais, municipais e particulares de ensino, em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento nos municípios roraimenses”. Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer Contrário, por ser inconstitucional. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer da Senhora Relatora foi aprovado na Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às doze horas. E, para constar, eu, Francisco Alves Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Rodrigo Jucá**

Presidente da Comissão

Aprovada em: 19/12/12

#### REUNIÃO DAS COMISSÕES EM CONJUNTO REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2012.

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às onze horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente, as Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à verificação de quorum. Por não haver número legal para abertura dos trabalhos, o Senhor Presidente suspendeu a reunião às doze horas e quinze minutos. Reaberto os trabalhos às treze horas, foi constatado a presença de 13 (treze) Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura da reunião. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal do Senhor Deputado Marcelo Cabral, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos as seguintes Proposições: **Projeto de Lei nº 062/2012**, que, “Autoriza o Poder Executivo a contratar Operação de Crédito Interno junto à Caixa Econômica Federal, destinada ao aporte de capital e pagamento de obrigações junto à Companhia Energética de Roraima S/A – CERR, mediante garantia da União, e dá outras

providências”; **Projeto de Lei nº 63/2012**, que, “ Autoriza o Poder Executivo a contratar Operações de Crédito Interno junto à Caixa Econômica Federal, destinada a sanar débitos junto ao sistema Eletrobras, mediante garantia da União e dá outras providências”. **Projeto de Lei nº 065/12**, que, “Dispõe sobre a transferência de patrimônio público estadual especificado, em favor da Companhia Energética de Roraima-CERR”; **Projeto de Lei nº 066/12**, que, “Autoriza o Poder Executivo a alienar ações da Companhia Energética de Roraima S/A-CERR, e dá outras providências”; **Projeto de Lei nº 067/12**, que, “Dispõe sobre a criação do Fundo de Aporte a Companhia Energética de Roraima S/A-FUNACERR, e dá outras providências”. Todos de autoria do Poder Executivo. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Marcelo Cabral para relatar as Matérias acima epigrafadas. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse os pareceres aos respectivos Projetos. Após o tempo estipulado, reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na Ordem do Dia as Proposições, analisadas pelo Relator, ao qual solicitou proceder à leitura individualmente dos Pareceres Favoráveis, referentes a cada Proposição. Feita as leituras dos Pareceres, os mesmos foram submetidos à discussão. Não havendo discussão, os Pareceres foram colocados em votação, sendo aprovados por unanimidade dos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às treze horas e nove minutos. E, para constar, eu, Francisco Alves Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Rodrigo Jucá**

Presidente da Comissão

Aprovada em: 19/12/12

#### ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 022/12, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às doze horas, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 022/12, destinada para, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, analisar e emitir Parecer ao Projeto de Lei nº 050/12, bem como ao Projeto de Lei Complementar nº 013/12, ambos de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, composta pelos senhores Parlamentares Coronel Chagas, Angela Águida Portella, Dhiego Coelho, Joaquim Ruiz e Mecias de Jesus. **ABERTURA:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Joaquim Ruiz, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, e anunciou, conforme acordo de lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator, desta Comissão. Iniciado o processo de votação e feito a chamada, votaram os Deputados: Coronel Chagas, Joaquim Ruiz, Angela Águida Portella, Dhiego Coelho e Mecias de Jesus. Encerrado o Processo de votação, o Senhor Presidente em exercício proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados, para Presidente, o Deputado Coronel Chagas; para Vice-Presidente, a Deputada Angela Águida Portella; e para Relator, o Deputado Mecias de Jesus. Logo após a eleição, o Presidente em exercício, Deputado Joaquim Ruiz, passou a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, Deputado Coronel Chagas que, agradeceu a todos pela votação expressiva, e informou à Comissão que convocará os Senhores Membros para uma próxima reunião. **ENCERRAMENTO:** Às doze horas e quinze minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Francisco Martinho Torres, Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Joaquim Ruiz**

Presidente da Comissão

Aprovada em: 18/12/2012

#### ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 028/2012, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às onze horas no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Interna, criada nos termos da Resolução n.º 028/

12, destinada para **Alterar e Revogar dispositivos normativos das Emendas Constitucionais de n.º 021 de 06 de maio de 2008 e n.º 030 de 23 de outubro de 2012**, de autoria de vários Deputados, composta pelos Senhores Parlamentares **Célio Wanderley, Gabriel Picanço, Erci de Moraes, Coronel Chagas e Ionilson Sampaio**.  
**Abertura:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Senhor Deputado **Erci de Moraes**, nos termos do Regimento Interno desta Casa, Havendo quorum regimental o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos e anunciou, conforme acordo de lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator. Iniciado o processo de votação e feita a chamada, votaram os Deputados **Célio Wanderley, Gabriel Picanço, Erci de Moraes, Coronel Chagas e Ionilson Sampaio**. Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente proclamou o resultado, declarando eleitos e

empossados, para Presidente, Deputado **Ionilson Sampaio**, para Vice-Presidente, Deputado **Célio Wanderley** e para Relator, Deputado **Coronel Chagas**. O Senhor Presidente em exercício, passou a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, o qual estando com a palavra, agradeceu a todos pela votação expressiva.  
**Encerramento:** Às onze horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, **Rafaela Barbosa Pereira**, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.  
**Ionilson Sampaio**  
 Presidente da Comissão  
 Aprovada em: 19/12/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
 DO ESTADO DE RORAIMA  
*A Força do Povo*

# PROCON

## ASSEMBLEIA



**A voz do  
 Consumidor**



# PROCON

---

# ASSEMBLEIA



**A Voz do  
Consumidor**

**proconassembleia@al.rr.gov.br**  
**Fone:(95) 4009-5614**